



## MUNICÍPIO DE ARMAMAR

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ASSESSORIA ESTRATÉGICA NA  
PREPARAÇÃO DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO  
DETIDA PELO PARCEIRO PRIVADO NA ARMAMAR VIVA S.A.

Procedimento Pré-Contratual n.º 03MUNAMM25

Ajuste Direto

**CONVITE**

JANEIRO 2025



## ÍNDICE

1. Identificação do procedimento .....	3
2. Entidade adjudicante .....	3
3. Órgão que tomou a decisão de contratar .....	3
4. Fundamento da escolha do procedimento .....	3
5. Modo e prazo de apresentação da proposta .....	3
6. Esclarecimentos sobre as peças do procedimento .....	4
7. Documentos e elementos que constituem a proposta .....	4
8. Apresentação de propostas variantes .....	5
9. Caução para garantir o cumprimento de obrigações .....	5
10. Documentos de habilitação .....	5
11. Assinatura eletrónica .....	7
12. Legislação aplicável .....	7
12. Anexos .....	7



## CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

### 1. Identificação do procedimento

O presente procedimento segue a tramitação da consulta prévia, nos termos dos artigos 112.º a 127.º do Código dos Contratos Públicos (doravante «CCP»), sendo designado por “aquisição de serviços para assessoria estratégica na preparação do processo de aquisição da participação detida pelo parceiro privado na Armamar Viva, S.A, ao abrigo do regime especial previsto no artigo 240.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro que aprova a Lei do Orçamento do Estado para 2025 (LOE2025)”.

### 2. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o município de Armamar, pessoa coletiva pública n.º 506 843 190, sita na Praça da República 5110-127 Armamar, com o telefone n.º (+351) 254 850 800 e endereço eletrónico [geral@cm-armamar.pt](mailto:geral@cm-armamar.pt)

### 3. Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar consta no despacho emitido pelo Presidente da Câmara Municipal, João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do CCP, conjugado com o disposto na alínea a), n.º 1, artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, na sua atual redação.

### 4. Fundamento da escolha do procedimento

O presente convite é efetuado ao abrigo do ajuste direto de acordo com o disposto na alínea c), n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

### 5. Modo e prazo de apresentação da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.



A proposta deve ser apresentada diretamente na plataforma eletrónica, disponível em <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>, até às 23h59 do sexto dia a contar da data de envio do convite.

A receção da proposta é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.

Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida anteriormente.

O prazo para apresentação da proposta é contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

## **6. Esclarecimentos sobre as peças do procedimento**

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do júri.

## **7. Documentos e elementos que constituem a proposta**

O preço deve incluir todas as especificações definidas nas cláusulas jurídicas e técnicas do caderno de encargos.

A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

1. Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do ANEXO I ao CCP, e que constitui o ANEXO I do presente convite, devendo ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
2. Declaração na qual indique os dados de informação geral do concorrente, utilizando o formulário constante do ANEXO II ao presente convite, que deve ser enviado num ficheiro com extensão tipo “xls”;



3. Documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos e situação prevista no ponto II do presente convite;
4. Certidão do registo comercial (certidão permanente), com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
5. Proposta técnica.

Os preços não incluem IVA e são indicados em euros e em algarismos, até duas casas decimais.

A proposta mencionará expressamente que aos preços acresce IVA à taxa legal em vigor.

Os concorrentes ficam obrigados a manter a sua proposta durante o período de 66 dias contados da data-limite para a sua entrega.

Não é permitida a apresentação de proposta com alterações de cláusulas do caderno de encargos.

Quaisquer encargos relativos à elaboração da proposta, são suportados integralmente pelo concorrente.

## **8. Apresentação de propostas variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

## **9. Caução para garantir o cumprimento de obrigações**

Não é exigida a prestação de caução nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

## **10. Documentos de habilitação**

O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:



- a) Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II ao CCP, e que constitui o ANEXO III do presente convite, devendo ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Certidão contributiva a comprovar que a situação se encontra regularizada relativamente a contribuições para a segurança social (certidão contributiva) em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certidão tributária a comprovar que a situação se encontra regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- d) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva (empresa) e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
- e) Comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) de acordo com o artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, conjugado com alínea b), n.º I do artigo 81.º do CCP;

Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 2 dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea j) do n.º I do artigo 115.º do CCP.

Os documentos identificados no presente ponto devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica, disponível em <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>.



## 11. Assinatura eletrónica

Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.

Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em [www.gns.gov.pt](http://www.gns.gov.pt)).

Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).

A falta de assinatura eletrónica nos documentos que constituem as propostas, bem como a não apresentação com a proposta do documento referido no número anterior, quando aplicável, é motivo de exclusão.

## 12. Legislação aplicável

O convite é regulado pelo Código dos Contratos Públicos, Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação, Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na sua atual redação e em demais legislação aplicável.

## 12. Anexos



## ANEXO I

## MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 57.º do CCP]

1 — ..... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ..... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... [designação ou referência ao procedimento em causa] e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) .....

b) .....

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.





6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), ..... (data), ..... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



## INFORMAÇÃO GERAL DO CONCORRENTE

ANEXO II

Informação geral do concorrente

[illegible][illegible]

Dados de contacto para o procedimento pré-construção	
Responsável de contacto:	13
Cargo do responsável:	14
Contacto telefónico:	15
E-mail:	16

Dados de contacto para a gestão do contrato	
Responsável de contacto:	17
Cargo do responsável:	18
Contacto telefónico:	19
E-mail:	20

### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 81.º do CCP]

1 — ..... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ..... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ..... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ..... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), ..... (data), ..... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

O Presidente da Câmara Municipal

(assinado digitalmente)

